

---

## Contendas do território nos espaços rurais

---

Beatriz Medeiros de Melo<sup>1</sup>

*Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente*, um livro escrito a muitas mãos, e precisamente por isso, é daqueles que têm a rara propriedade de apresentar-se, ao mesmo tempo, panorâmico e denso. Convida a um debate – conduzido por importantes pesquisadores dedicados à questão das “ruralidades” ou dos “estudos rurais” – que alcança temas fundamentais para a compreensão da sociedade contemporânea, tais como desenvolvimento, o território e poder. E o faz de um modo pouco usual: foge ao modelo “conversa entre compadres e comadres”, apresentando um conjunto de leituras que atravessam especialidades, como o tema da mobilidade do capital e do trabalho através do campo, da reprodução do campesinato e das políticas de desenvolvimento territorial sustentável, da questão ambiental e da questão agrária. Toca, ainda, em importantes temas transversais, tais como a dominação e as relações de gênero e raça/etnia. Para não especialistas, trata-se de um veículo interessante para reconhecer problemas que alcançam a população e os espaços rurais na atualidade. Para especialistas, é oportunidade de tencionar universos de debate, ampliando a compreensão das implicações e das contendas que envolvem os diferentes projetos de desenvolvimento que conduzem as políticas voltadas para o campo na atualidade. Voltaremos a este ponto.

Antes, nos cabe contextualizar o cenário no qual o livro é concebido. Os artigos aqui apresentados estiveram efetivamente em debate nas três mesas redondas no *I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente* (2011), a primeira versão de um espaço de diálogo que vem acontecendo bianualmente na Universidade Federal de São Carlos (SP), coordenado pelo organizador dessa coletânea, Rodrigo Constante Martins (Departamento de Sociologia) e com a colaboração de outros importantes pesquisadores da casa: Maria Aparecida de Moraes Silva (PPG de Sociologia), Francisco José da Costa Alves (Departamento de Engenharia de Produção) e Rosemeire Aparecida Scopinho (Departamento de Psicologia).

---

<sup>1</sup> Pesquisadora associada (pós-doutoranda) no Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: mmelobeatriz@gmail.com.

O roteiro desta resenha sugere uma leitura possível sobre o livro a partir do conjunto dos artigos. Desse modo, furtamo-nos ao destaque das refinadas análises sociológicas produzidas pelos autores acerca do sentido das mudanças sociais mais recentes (que merecem, entretanto, atenção do leitor) para agrupá-los e articulá-los em torno da análise crítica dos dois modelos de desenvolvimento que estão em debate, apresentados sob diferentes perspectivas. De um lado, aquele que remonta ao papel destinado aos países ex-colônias no cenário internacional: o modelo agroexportador, agora travestido sob o capitalismo mundializado. De outro, aquele que surge mais recentemente a partir da crítica às consequências sociais, políticas e ambientais daquele modelo: o desenvolvimento rural sustentável. O debate entre esses dois modelos se realiza, sobretudo, através da tematização do território enquanto um espaço de luta pela apropriação do espaço, pela constituição de mecanismos sociais de poder e dominação que o sustentem. Envolve, assim, os encontros e desencontros entre diferentes atores nesse espaço: a população que vive e/ou trabalha no campo (e na cidade), as empresas de capital nacional e/ou transnacional e as diferentes instâncias do Estado e suas políticas de ordenação e transformação territorial.

O artigo que inaugura a coletânea, de Afrânio Garcia Jr, abre o debate sobre o processo de modernização do agronegócio no Brasil e seus efeitos, tomando resultados de uma série de estudos realizados entre as décadas de 1960 e 1970 que analisaram as mudanças nas hierarquias sociais derivadas de mudanças do sistema de produção nos engenhos no Nordeste: das relações sociais das *plantations* tradicionais, baseadas na relação de dominação direta entre “patrão” e uma diversidade de sujeitos sociais subordinados, para uma relação de subordinação mediada pela venda da força de trabalho em mercados interconectados. Baseados sobretudo na percepção dos sujeitos sobre as relações que os envolvem, e afastando-se, assim, das então em voga perspectivas objetivistas ou *behavioristas*, tais estudos anunciaram a falência do projeto de modernização das relações sociais no campo, que termina por recriar as “distâncias sociais presentes na *plantation* tradicional desde os tempos coloniais mais remotos” (p. 28) e a oposição intergeracional entre descendentes de senhores de engenho e descendentes de escravos.

Na virada do século, a *plantation*, com seu modelo de dominação territorial e social se mantém, protagonizada pelo capital agroindustrial e por investimentos, cada vez mais intensos, de capital estrangeiro na compra de terras e na produção de *commodities*, e essa é a pers-

pectiva do processo histórico destacada pelo artigo de Sérgio Pereira Leite. O autor aponta para o acirramento da disputa pela aquisição de terras nas últimas décadas (entre governos, empresas financeiras e do setor agroindustrial) e para o aumento de investimento de estrangeiros na aquisição de terras (desde 1980, e com um novo surto depois da crise do preço dos alimentos em 2008), cenário que é produto/produtor do aumento do preço da terra e sua transformação em veículo de especulação e de investimento de ativos. O lócus da expansão do agronegócio não é mais aquele das antigas áreas de produção para exportação (Nordeste), mas as terras do Sudeste, Centro-Oeste e, mais recentemente, do Norte do país, onde estão diferentemente representadas as principais *commodities* (milho, soja e cana-de-açúcar, e também a pecuária). O contexto apresentado pelo autor coloca em discussão, no âmbito da administração pública, a perda relativa da soberania territorial e a adoção de medidas para frear a desnacionalização e seus limites. Por outro lado, anuncia o conflito entre a demanda mundial por terras e a histórica demanda por reforma agrária no território nacional.

Outros três estudos vão qualificar a expansão do agronegócio na América Latina sob outro ângulo, remetendo aos diferentes arranjos produtivos empregados nesta expansão e seus efeitos. O estudo de Mónica Bendini, sobre a territorialização e a mobilidade do capital e do trabalho na Argentina lança, luzes sobre o processo de diferenciação socioespacial produzida neste contexto. Retoma, desse modo, a clássica discussão sobre o papel da recriação de desigualdades no processo de reprodução ampliada do capital. Na Argentina, três diferentes processos de diferenciação foram mapeados e analisados pela autora: (a) expansão territorial com expulsão de trabalhadores, como o caso da expansão da produção de soja sobre a Bacia do Tartabal; (b) um modelo de expansão territorial por meio do controle e subordinação territorial tanto da população local como de populações de outras localidades, através do controle do fluxo migratório, como é o caso da expansão de frutas frescas para o Vale Médio do Rio Negro; e (c) um modelo de expansão do capital que alcança territórios de pequenos agricultores, de base familiar, camponesa, que resistem à privatização das terras e à vinculação ao capital agroindustrial, mantendo uma forma de produção relativamente autônoma (caso dos crianceros) e com estratégias de diversificação produtiva.

O estudo de Maria Moraes, por outro lado, mostra que, tal como no Nordeste das décadas de 1960 e 1970 apresentado por Afrânio Garcia, o processo mais recente de “modernização” do agronegócio

tem também o efeito de recriar formas de exploração/dominação. Ela está remetendo ao processo mais recente de reestruturação do setor sucroalcooleiro em São Paulo, que incorpora (aparência) a mais recente preocupação global com o meio ambiente e os direitos humanos, acelerando o processo de mecanização dos processos produtivos e comprometendo-se com o controle dos mecanismos de degradação do trabalho. Os resultados de investigações da pesquisadora evidenciam, todavia, aquilo que se esconde sob a aparência: um maior controle da mobilidade do trabalho; a recriação de trabalhos manuais e precários, acessórios às máquinas, acompanhada da recriação da segregação de gênero; a recriação da precariedade do trabalho em outros setores agropecuários em função da mobilidade intersetorial da mão de obra que perde lugar para as máquinas. O trabalho de Marilda Menezes, por outro lado, alcançando cortadores de cana de São Paulo em seus locais de origem (nesse caso, a Paraíba), reconhece e retoma os elementos de exploração/dominação concernentes ao trabalho nos canaviais, mas tensiona o debate considerando um paradoxo do contexto: se o trabalho assalariado estabelece a sujeição, é também condição de recriação da reprodução camponesa em seus lugares de origem. A territorialidade camponesa é, entretanto, ressignificada: sua centralidade não está mais posta na terra (já que os ganhos não são suficientes para adquiri-la), mas em torno dos sentidos da “casa”.

A manutenção deste modelo de desenvolvimento setorial, baseado na exploração extensiva e intensiva da terra para a produção de *commodities*, coexiste atualmente com as políticas de desenvolvimento territorial sustentável, constituídas, por um lado, pela crítica àquele modelo de desenvolvimento e suas consequências ambientais, sociais, políticas, e, por outro, pela consideração das mudanças sociais mais recentes, que apontam para o afrouxamento de limites entre campo e cidade (e a desnaturalização das referências ao rural e ao urbano), que, por sua vez, ampliam os fluxos materiais e imateriais (significados) entre estes dois espaços, com reflexos nos campos no trabalho (pluriatividade) e nos processos de identificação social, entre outros. Estas novas políticas, desse modo, estão baseadas em princípios como valorização e estímulo às dinâmicas econômicas e sociais das localidades, multifuncionalidade, intersetorialidade, participação e democratização de decisões, e, ainda, preservação ambiental.

Maria José Carneiro, Flávio Sacco dos Anjos e Rosemeire Scopinho debruçam-se exatamente sobre este projeto de desenvolvimento territorial sustentável, sob diferentes perspectivas. E constroem, a partir de uma diversidade de estudos empíricos, análises críticas valiosas

acerca das contradições, limites e potencialidades que se revelam dos processos e relações sociais derivados da aplicação destas políticas. Maria José Carneiro defende, por um lado, a importância de tais políticas em considerar o sentido da multifuncionalidade da agricultura ou, em outras palavras, em tomar os espaços rurais a partir de seus diferentes usos e potencialidades: espaço de reprodução de um modo de vida, de produção de alimentos e de manutenção da biodiversidade. Por outro lado, desvela, na contramão da percepção harmoniosa de território que está no bojo destas políticas, a complexidade da localidade (fluxos materiais e imateriais e interesses) e os conflitos que se desdobram a partir daí. Retoma dois estudos de caso (uma experiência da *Association des Paysans des Sept Laux* de geração de renda a partir de atividade não agrícola e o contexto de criação de uma área de proteção ambiental, a APA Macaé de Cima, no Município de Nova Friburgo) para destacar conflitos insurgidos da polissemia das concepções de desenvolvimento, dos sentidos da atividade econômica, dos usos do espaço, da noção de sustentabilidade e das representações sobre a natureza. A autora localiza estes conflitos, tal como os demais autores, no interior das relações de dominação: para ela, tais conflitos nascem “do lugar que os sujeitos ocupam nas relações de poder” (p. 38).

Tais processos de dominação, como já vimos, se sustentam tantas vezes sobre a recriação de diferenças e desigualdades. Flávio Sacco, depois de analisar as mudanças no discurso sobre a ruralidade na Política Agrícola Comum da União Europeia, que pautou a discussão acerca das políticas de desenvolvimento territorial também na América Latina, aponta para a recriação contemporânea de uma ruralidade idílica, idealizada, que tantas vezes não mais encontra lastro nas identidades locais, para ser consumida como experiência estética (turismo ou segunda moradia) ou degustada como alimentos distintivos (as comidas regionais). Em suma, mercadificada, na expressão retomada de David Harvey. O autor aponta, ainda, para o evidente “sentido de perda” que se revela da representação da ruralidade como preservação do passado e para a contraditória convivência deste processo de recente valorização de uma alimentação saudável, ligada aos modos tradicionais de fazer, com os escândalos produzidos pelo padrão de alimentação vigente.

Rosemeire Scopinho trata, de outro modo, da experiência mais recente de implantação de práticas de cooperação e de produção agroecológica em assentamentos rurais. A partir da análise do cotidiano micropolítico e das representações de assentados sobre cooperação e

cooperativismo, a autora identifica alguns dos desafios que os assentados têm vivenciado para a implantação do projeto em função de sua socialização (vigência de valores individualistas), das habilidades aprendidas (dificuldades com as rotinas administrativas e o controle financeiro), da diferença de expectativas (a heterogeneidade dos projetos de vida), da reprodução de hierarquias (centralização e disputa pelo poder), de limites estruturais e institucionais (falta de água, financiamentos recebidos fora do ciclo de produção, inflexibilidade nas diretrizes do programa). Destaca a autora o processo de subversão, pelos assentados, das diretrizes da política institucional: rejeitam a forma “cooperativismo” e criam “associações”. Estas, argumenta a autora, são tomadas, todavia, apenas em seu sentido econômico (associações produtivas), negligenciando-se sua potencialidade política, social e ecológica.

Um último texto traz uma contribuição teórica que se comunica com ambos os universos de reflexão aqui apresentados. Rodrigo Constante Martins apresenta a potencialidade da noção de *milieu* econômico, de Max Weber, para a compreensão das diferenças de motivação dos agentes (o sentido da ação) na construção dos territórios e para a captura da luta por sua posse como uma luta por posição social, por distinção (e não apenas pela produção de valores excedentes, como em Marx). Este fundamento teórico sustenta, desse modo, um tipo de “sociologia política do território”, que parte da compreensão multicausal da tessitura local, da identificação de padrões de significados que sustentam uma economia moral no território, da reconstrução das genealogias de poder para explicar uma das dimensões das disputas territoriais, tanto nas novas arenas de governança das políticas de desenvolvimento territorial, como nos espaços de predomínio do agronegócio.

MARTINS, Rodrigo Constante (org.) Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Paulo: editora EDUSCAR, 2014.

Recebido em novembro de 2014.

Aceito em março de 2015.